

PROJETO DE LEI Nº 2.168 /2025

“Dispõe sobre a Instalação e Funcionamento de Circos Itinerantes no Município de Rio Pomba, Minas Gerais e dá outras providências.”

O **Prefeito Municipal de Rio Pomba**, Estado de Minas Gerais, **Fernando Antônio Dutra Macedo**, no uso e gozo de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Circo e a atividade circense, como forma de expressão reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, e patrimônio cultural mineiro, nos termos do art. 208 da Constituição Estadual, sendo o povo circense, de acordo com o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, I, definido como povo e comunidade tradicional, regulamentar-se-ão segundo o disposto nesta Lei ao se instalarem no Município de Rio Pomba.

Art. 2º. Para efeitos desta lei é considerado:

I – Circo: Atividade permanente de caráter itinerante que integra o patrimônio imaterial brasileiro, onde se cria, interpreta e executa obra de caráter artístico-cultural podendo incluir em seus espetáculos números acrobáticos, malabarismos, equilibrismo, pantomimas, mímicas, ilusionismo, dança, música, teatro, apresentações cômicas ou dramáticas, no solo ou em forma aérea.

II – Circense: Povo e comunidade tradicional, porque todas as habilidades e apuro técnico desempenhadas no âmbito do circo tradicional são adquiridas em família, desde tenra idade, e repassadas de geração em geração, para efeito de exibição ou divulgação ao público, em estrutura, equipamento e acomodações para o público montados embaixo de lona própria.

§1º - As denominações e descrições das funções em que se desdobram as atividades dos trabalhadores circenses constam do quadro anexo ao Decreto Federal nº 82.385/78 que regulamenta as profissões de artistas e técnicos.

§2º - Para a garantia de sua sobrevivência e complementação de renda, o circo instalado na cidade, poderá locar suas dependências a outras manifestações artísticas, como shows diversos, música, teatro, dança, cultura popular e oficinas artísticas.

Art. 3º. Ficam estabelecidas normas de instalação e funcionamento dos circos itinerantes e das escolas de circo que funcionem em lonas de circo no âmbito do Município de Rio Pomba.

Art. 4º. A Autorização para Utilização de Bem Público para apresentação de circos itinerantes deverá ser requerida junto ao órgão competente do Poder Executivo pelos proprietários, representantes legais do circo e/ou produtores dos circos, diretamente ou através de entidades representativas.

§ 1º - O pedido ao qual se refere o ‘caput’ deste artigo deverá ser protocolado com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data de início das atividades;

§ 2º - Fica o Poder Executivo, através do órgão competente, autorizado a conceder isenção de taxas para concessão do alvará ao qual se refere este artigo.

Art. 5º. Para a expedição da Autorização para Utilização de Bem Público que se refere esta Lei, o requerimento deverá ser instruído com as seguintes informações e documentos:

I – documentos de identificação do responsável pelo circo;



II – termo de compromisso em autorização para utilização de bem público, firmada entre o solicitante e o Poder Executivo Municipal;

III – respeitar e cumprir as normas estabelecidas de segurança estrutural e de limpeza.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal disponibilizará gratuitamente o Parque de Exposição Dr. Antônio da Mota Filho, através de concessão de autorização para utilização de bem público, para a instalação de Circos Itinerantes, devendo ser objeto de requerimento junto à administração pública com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que toda a documentação necessária for apresentada, podendo ser exigida contraprestação consistente na disponibilização de sessão gratuita aos alunos da rede pública municipal, APAE, acolhidos em ILPI, famílias inscritas no CADÚnico e outros.

Art. 6º. O atendimento a todas as exigências técnicas constantes desta Lei deverá ser comprovado através de termo de compromisso em autorização para utilização de bem público, firmada entre o solicitante e o Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. Sem prejuízos de outras sanções de natureza cível, penal e administrativa, a inobservância ao disposto nesta Lei e no competente Termo de Compromisso implicará responsabilização dos infratores, independente de dolo ou culpa, sem prejuízo da proibição de realização das apresentações ou interdição do local.

Art. 8º. Fica o Centro de Referência em Assistência Social designada a realizar ações de assistência aos circenses.

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as disposições da Constituição Federal, Lei nº 6533/78 em seu art. 29, deverá assegurar direito à educação formal aos circenses itinerantes e as condições para o atendimento aos filhos dos artistas e funcionários dos circos em escolas próximas ao local onde estejam instalados.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde deverá assegurar o atendimento aos artistas e demais colaboradores dos circos itinerantes durante o período em que os mesmos estiverem instalados em sua área de cobertura, inclusive quando não se tratar de atendimentos emergencial e independente do domicílio.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 12. O Município, reconhecendo a característica itinerante do circo, aceitará como logradouro oficial do circense o endereço da sua entidade representativa.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto Municipal esta Lei, naquilo que for omissivo ou controverso.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| CONTROLE DE TRANSAÇÃO | |
|-----------------------|-----|
| / / | / / |
| / / | / / |
| / / | / / |
| / / | / / |

Município de Rio Pomba

Rio Pomba, 08 de abril de 2025.


Fernando Antônio Dutra Macedo
Prefeito Municipal de Rio Pomba – MG

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Envio para apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo que ***“Dispõe sobre a Instalação e Funcionamento de Circos Itinerantes no Município de Rio Pomba, Minas Gerais e dá outras providências.”***, para ser apreciado e votado pelos nobres Edis.

O circo, manifestação cultural milenar, iniciou sua trajetória no Brasil no início século XIX, com a vinda de famílias circenses europeias, que apresentavam seus espetáculos de cidade em cidade e contribuíram para a formação das primeiras famílias circenses nacionais, principais responsáveis pela popularização dessa arte no Brasil.

É fato que, a magia do circo, com seus espetáculos multicoloridos significam a alegria e o encantamento para milhões de brasileiros que guardam na memória a emoção da chegada do circo em suas cidades e da diversão que proporciona a toda família.

No entanto, desde a 2ª metade do século XX, mudanças no desenho social urbano, com o avanço das migrações internas, aliado à expansão de novas formas de entretenimento decorrentes do avanço tecnológico, podem ter causado a perda de espaço do circo para outras mídias.

A queda no faturamento das bilheterias e as dificuldades pelas quais passam as pequenas e tradicionais famílias circenses, que levam uma vida nômade, podem ser apontadas como causas dos problemas enfrentados pelas famílias para garantir o mínimo necessário a sobrevivência.

Entre os obstáculos com que se deparam as famílias circenses e outros profissionais que desenvolvem atividades de diversão itinerantes, merecem destaque a falta de espaços adequados para montagem dos circos; o excesso de exigências burocráticas por parte das municipalidades (as altas taxas relativas a alvarás, projetos técnicos, água e de luz), que podem variar de um lugar para outro; dificuldade de acesso a incentivos culturais, haja vista as especificidades da atividade circense; a dificuldade de acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho, moradia, previdência e assistência social, programas governamentais de transferência de renda, dada a natureza nômade da atividade.

A fim de contribuir para melhoria da qualidade de vida e inserção social dos artistas circenses e de diversões itinerantes, apresentamos proposta que visa incluir essas pessoas e suas famílias entre o público-alvo dos serviços de assistência social, de forma que, a partir de uma abordagem mais abrangente, possam ter acesso aos demais direitos de cidadania constitucionalmente assegurados a todos os brasileiros.

Entre os objetivos dessa política pública específica, cabe ressaltar a garantia de acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Convictos do alcance social da proposta que ora apresentamos, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para sua aprovação.

Rio Pomba, 08 de abril de 2025.


Fernando Antônio Dutra Macedo
Prefeito Municipal de Rio Pomba – MG

Ofício Gabinete do Prefeito nº. 242, de 08 de abril de 2.025.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Exmo. Sr. Ver. Presidente Ivan Ferreira Martins;

O Município de Rio Pomba/MG, por seu Prefeito Municipal Exmo. Sr. Fernando Antônio Dutra Macedo, nos termos que dispõe a Lei Orgânica Municipal, vem encaminhar a esta Egrégia Casa Legislativa o projeto de Lei em anexo que ***"Dispõe sobre a Instalação e Funcionamento de Circos Itinerantes no Município de Rio Pomba, Minas Gerais e dá outras providências."*** para ser analisado, discutido e votado por essa r. Casa Legislativa.

Sendo só para o momento aproveito a oportunidade para manifestar protestos de elevada estima e de distinta consideração.

Atenciosamente,



FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
- Prefeito Municipal de Rio Pomba-

Exmo. Sr.
Vereador Ivan Ferreira Martins
DD. Presidente da Câmara Municipal de Rio Pomba/MG.

